ISSN: 2525-6092

A LUTA PELA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA: NOTAS A PARTIR DO ASSENTAMENTO FIDEL CASTRO EM ALAGOAS/BRASIL

THE FIGHT FOR THE LAND AND THE AGRICULTURAL ISSUE: NOTES FROM THE FIDEL CASTRO SETTLEMENT IN ALAGOAS/BRAZIL

https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255474

Paul Clívilan Santos Firmino
paul_clivilan@hotmail.com
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – São Paulo – Brazil
https://orcid.org/0000-0002-5540-864X

Resumo
Alagoas possui economia sustentada pela cana-de-açúcar e forte concentração de terras. Paralelamente a essa realidade existem atividades relacionadas com a pequena/média propriedade, dando suporte a agricultura familiar e economia de subsistência, auxiliando na produção de alimentos que contribuem para sobrevivência, empregabilidade e fixação da população no rural. Os(as) assentados(as) da reforma agrária, população que produz de forma diversificada e saudável, têm desempenhado papel significativo. Nesse sentido, o Assentamento Fidel Castro no município de Joaquim Gomes/Alagoas, como recorte espacial, é de suma importância na investigação. Destarte, objetiva-se analisar a pequena/média propriedade no desenvolvimento da atividade econômica diversificada, fixação da população rural e alternativa à canavicultura. As ideias acerca da temática, desenvolvidas por autoras(es) da Geografia e áreas afins, bem como dados e informações do trabalho de campo e pesquisas em sites específicos, foram essenciais na escrita do

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. A luta pela terra e a questão agrária: notas a partir do assentamento Fidel Castro em Alagoas/Brasil. **Revista Urbano & Rural,** Recife, v. 07, n. 02, p. 01-18, 2022.< Disponível em https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255474>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

ISSN: 2525-6092

artigo. A pequena/média propriedade e a agricultura familiar contribuem para a geração de emprego e renda, fixação da população no rural e atraem aquelas que migraram em determinado momento, onde políticas de valorização e incentivos as atividades no/do rural, mediante distribuição e uso diversificado da terra, diminuindo a desigualdade social, aparece como caminho a ser trilhado.

Palavras-chave: questão agrária; movimentos sociais; agricultura de subsistência; atividade canavieira; Alagoas-Brasil.

Abstract

Alagoas has an economy sustained by sugarcane and a strong concentration of land. Parallel to this reality there are activities related to the small/medium property, giving support to family agriculture and subsistence economy, helping in the production of food that contribute to survival, employability, and fixation of the population in the rural areas. The agrarian reform settlers, a population that produces in a diversified and healthy way, have played a significant role. In this sense, the Fidel Castro Settlement in the municipality of Joaquim Gomes/Alagoas as a spatial cutout is of utmost importance in the investigation. Thus, the objective is to analyze the small/medium property in the development of diversified economic activity, fixation of the rural population, and an alternative to sugarcane cultivation. The ideas about the theme developed by Geography authors and related areas, as well as data and information from field work and research in specific sites, were essential in the writing of the article. The small/medium property and family agriculture contribute to the generation of employment and income, fixation of the population in the rural areas, and attracts those who migrated at a certain moment, where policies of valorization and incentives to activities in the rural areas, through distribution and diversified use of the land, reducing social inequality, appear as a path to be followed.

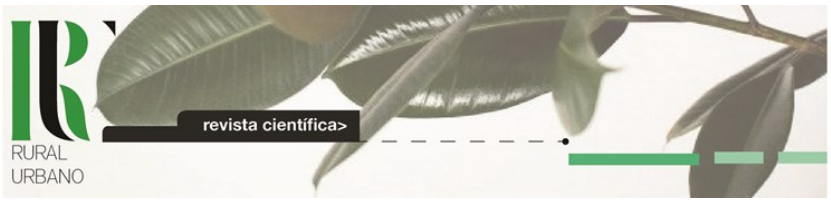
Keywords: sugar and energy agribusiness; subsistence agriculture; diversified economy; rural population; Alagoas-Brazil.

Submetido em 15 de setembro de 2022
Aceito em 01 de dezembro de 2022

Nota introdutória

A economia do estado de Alagoas foi ao longo dos séculos sustentada pela prática da monocultura da atividade canavieira em suas terras, com concentração das mesmas nas mãos de reduzido número de próprietários, os chamados historicamente de senhores de engenhos, usineiros

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/



e hoje empresariados do agronegócio globalizado (ELIAS, 2018). O território alagoano em tempos de contemporaneidade, principalmente a sub-região Zona da Mata e Litoral Oriental, conforme proposta de Andrade ([1963] 2011) acerca da divisão regional do Nordeste, vem sendo usado intensamente pelas agroindústrias sucroenergéticas com apoio do Estado[1], intensificando-se desde as últimas décadas do século passado com os avanços do processo de modernização técnico-científico, e também informacional, no campo.

Para além da canavicultura, outras atividades eram praticadas, como a algodoeira. O cultivo do algodão em Alagaos data de fins do século XVIII, atingindo números consideráveis em sua produção no século sequinte, facilitando, conforme Lima (1965, p. 243) "o povoamento do interior alagoano, com as plantações que ajudaram as fazendas de gado", bem como a fixação da população na zona sertaneja. Porém, tal gênero nunca conseguiu ocupar o lugar que sempre foi do latifúndio açucareiro, mesmo ultrapassando sua produção em determinados momentos da história econômica de Alagoas. Juntamente com a cana-de-açúcar foram então os responsáveis por dominar a quase totalidade da economia do estado.

No entanto, atividades agrícolas divesificadas eram praticadas por pequenos e médios proprietários, dando suporte a economia de subsistência e contribuindo para a sobrevivência e empregabilidade de parte da população rural. Hoje, esta realidade não é diferente, porém, enfrentando constantes lutas, com pautas e ideologias importantíssimas que vão na contramão do grande capital e do agronegócio globalizado. Nesse sentido, para que a agricultura familiar se mantenha e trilhe novos caminhos, não se deve esquecer das constantes lutas por terras, travadas outrora pelas(os) trabalhadoras(os) e diversos movimentos sociais, e que continuam em constantes embates não somente com os grandes proprietários de terras, como também com o Estado, que na maioria das vezes comungam do mesmo banquete.

Para tanto, o presente artigo mostra quão diversa é a agricultura no Leste Alagoano, e como

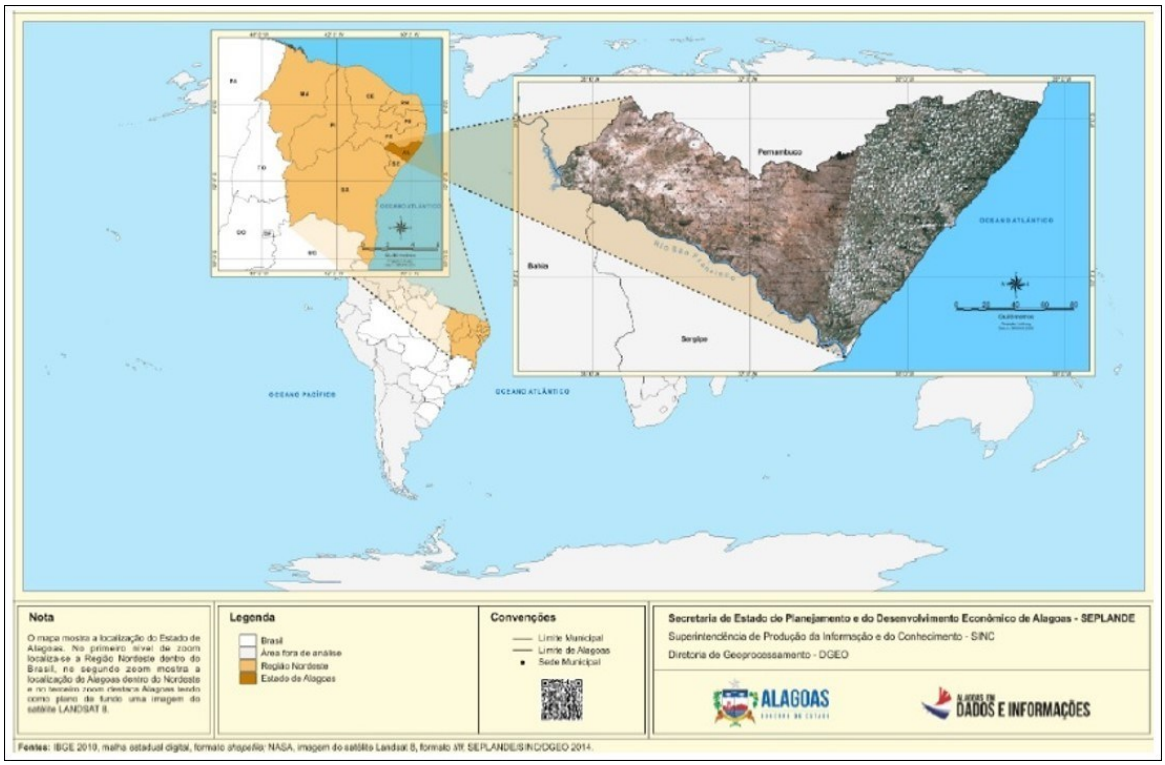
[1] Vale ressaltar que alguns programas como o Instituto do Açúcar e do Álcool /IAA, Programa Nacional do Álcool /PROÁLCOOL e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/PLANALSUCAR, beneficiaram diretamente o setor, ampliando sua capacidade produtiva durante praticamente todo século XX.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
(cc) BY-NC-SA

ISSN: 2525-6092

ela pode contribuir para a sobrevivência, a empregabilidade, a fixação da população rural e a economia, mediante a pequena e média propriedade, a agricultura familiar e a economia de subsistência. Assim, torna-se importante evidenciar a relevância das(os) assentadas(os) da reforma agrária em áreas antes pertencentes aos latifundiários da cana. São exemplos de pessoas que produzem de forma mais diversificada e saudável a partir da pequena parte de terra que foi conquistada a duras penas. Logo, pode-se dizer que este tipo de agricultura praticada por assentados(as) é importante frente a grande propriedade e o agronegócio. Nesta análise, o caso do Assentamento Fidel Castro em Joaquim Gomes no estado de Alagoas-Brasil[2] (Figura 1) é bastante elucidativo.

Figura 1: Localização do Estado de Alagoas-Brasil



[2] Segundo menor estado brasileiro com área territorial de 27.830,656 km², 102 municípios e população estimada de 3.351.543 habitantes (IBGE, 2020).

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. A luta pela terra e a questão agrária: notas a partir do assentamento Fidel Castro em Alagoas/Brasil. **Revista Urbano & Rural,** Recife, v. 07, n. 02, p. 01-18, 2022.< Disponível em https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255474>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

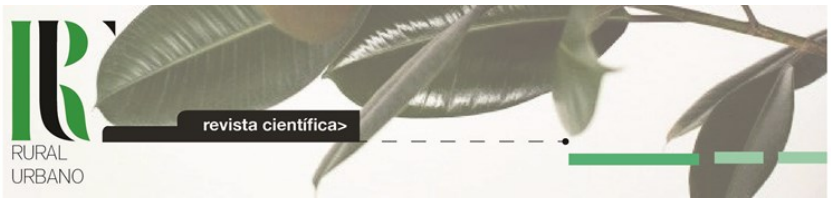
Fonte: Secretaria de estado de planejamento e desenvolvimento econômico de Alagoas, SEPLANDE, 2014

A presente análise faz parte do que vem sendo desenvolvido na pesquisa de doutorado a respeito da modernização técnico-científica da agroindústria sucroenergética alagoana em tempos de globalização, sendo dedicado capítulo específico a discussão das atividades agrícolas além da cana-de-açúcar. Assim, a discussão em torno da economia de subsistência e pequena e média propriedade, assentados(as) e assentamentos da reforma agrária, foram reveladores na redação do presente artigo. Foram indispensáveis as contribuições de autores(as) da ciência geográfica e afins, tendo como ponto de partida a utilização, dentre outras referências, dos(as) seguintes autores(as): Carvalho (2012) – Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas; Heredia (2008): O Campesinato e a Plantation – a história e os mecanismos de um processo de expropriação; Rios (2019) – Agricultura diversificada; Fernandes (2008) – O MST e as Reformas Agrárias do Brasil; Machado (2016) – Assentamentos de Reforma Agrária: sinônimo de desmonte do território canavieiro?; e Oliveira (2007): Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. Contribuições importantes também foram os dados e informações de trabalhos de campo e pesquisas em sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

Tendo o rural significativa importância para atividades que não vão na direção da expansão e fortalecimento do agronegócio, a valorização e incentivo de desenvolvimento do rural parece ser essencial, buscando amenizar e/ou diminuir desigualdades existentes, principalmente nas periferias do capitalismo, aprofundadas diante de políticas voltadas aos interesses da expansão do agronegócio e pautas do grande capital e dos ruralistas brasileiros. Então, tem-se importância o envolvimento dos movimentos sociais nas lutas pela terra, destacando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, que passa a confrontar e lutar diretamente com o agronegócio e os atores com ele evolvidos (FERNANDES, 2008).

As políticas voltadas ao campo devem também levar em consideração e apoiar atividades agrícolas direcionadas a economia de subsistência, incentivando atividades que conecte o campo a partir de relações de horizontalidades, com características próprias, por mais que os signos da globalização estejam presentes (SANTOS, 2008), mas que sejam utilizados de maneira consciente

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/



e possam contribuir e fortalecer as atividades dos pequenos e médios produtores. É aproveitar a terra conquistada para culturas que façam parte diretamente da agricultura familiar e que ocupe número sempre maior de mão de obra rural, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno. Assim, a agricultura familiar passa a ter importância na geração de emprego e renda em áreas onde ainda imperam o latifúndio e as monoculturas, e no caso aqui analisado, a canavicultura. Portanto, trazer à tona esses apontamentos remete a refletir às necessidades de políticas voltadas a essa agricultura e maior distribuição e uso das terras.

Da luta pela terra a questão agrária em Alagoas: a relevância da pequena e média propriedade

Foi a partir do cultivo da cana-de-açúcar que Alagoas edificou suas bases sociais, políticas e econômicas, responsável pela formação socioespacial e concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários/latifundiários, destacando a sub-região Zona da Mata alagoana, com a agroindústria sucroenergética dominando grande parte da produção industrial. Essa realidade deixa visível a estrutura fundiária contrastada, a dependência de parte significativa da população às ajudas de programas como o Bolsa Família (SILVA, 2017), o uso desigual do território e a menor diversificação da agricultura. Ao tratar do mundo rural em Alagoas, Carvalho (2012, p. 21), "mostra que o mesmo é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos, e por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como a pecuária e a cana-de-açúcar [...]". Como forma de verificar esse uso e distribuição das terras, os dados da tabela 1 são bastante elucidativos.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários em Alagoas: tamanho, número e área (2017)

Tamanho em hectares	Unidades	Superfície	Tamanho em hectares	Unidades	Superfície[3]
De 0 a menos de 10	80.166	208.381	De 500 a menos de 1.000	220	148.400
De 10 a menos de 20	8.252	116.124	De 1.000 a menos de 2.500	105	161.005
De 20 a menos de 50	5.276	161.030	De 2.500 a menos de	40	X

[3] X: Valor inibido para não identificar o informante; (–) zero absoluto, não resultante de um cálculo/arredondado.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

			10.000		
De 50 a menos de 100	1.933	135.371	10.000 e mais	9	X
De 100 a menos de 200	1.067	148.617	Produtor sem área	756	–
De 200 a menos de 500	718	216.233			

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017)

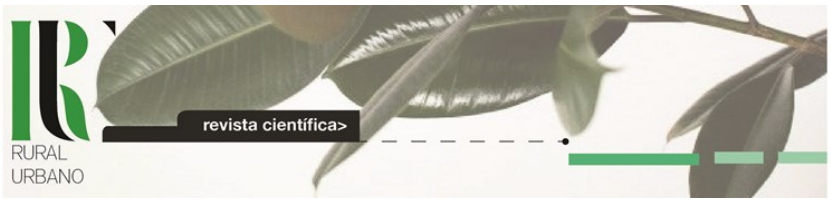
Essa realidade contribui para que a Zona da Mata continue como tradicional área canavieira (FREITAS [*et al*], 2014), mesmo diminuindo e/ou retraindo em determinadas áreas. Apesar disso, o espaço agrário alagoano apresenta certa diversidade de lavouras. No entanto, são praticadas nos estabelecimentos considerados médios ou pequenos (média de 6 hectares), com atividades ligadas à agricultura familiar, que:

> Por sua característica policultora, é responsável por quase toda a produção de arroz, feijão, mandioca e milho do Estado; por mais da metade da produção pecuária; e por quase toda a horticultura e floricultura. Por isso, sua produção é a garantia da segurança alimentar, atendendo ao mercado interno e evitando importações; abre espaços para a agroindustrialização (derivados do leite, milho, coco, mandioca, etc.) e possibilita exportações (fumo, flores, etc.). A agricultura não familiar, por sua vez, produz mais de 90% da cana-de-açúcar, responsável por 60% do valor da produção agrícola do Estado. É a agricultura familiar responsável por 70% do emprego da mão de obra rural em Alagoas (CARVALHO, 2012, p. 22).

Esse tipo de agricultura vai na contramão das ideias do grande capital e de seus atores hegemônicos. Logo, para que a economia de subsistência se mantenha e se fortaleça é necessário que as lutas pela conquista e distribuição de terras continuem em evidência e ganhando mais espaços. Lutas estas, que tem agregado trabalhadores(as) desempregados(as), trabalhadores(as) sem-terra e pequenos e médios proprietários contra grandes latifundiários. Por essa razão, demostra Fernandes (2008, p. 3), que "o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio". Neste sentido, o referido autor ainda vai mostrar que a reforma agrária é defendida como uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária, sendo esta uma questão territorial e aquela a face dessa dimensão.

É sabido que a luta pela terra tem sido intensificada em virtude, dentre outros fatores, da

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/



crescente modernização técnico-científica e informacional no campo e da mundialização da agricultura[4], que passou a ser moderna, científica e globalizada (SANTOS, 2008), sujeitando-se aos ditames do capitalismo e aumentando os problemas agrários relacionados, por exemplo, "à crescente concentração fundiária e a mecanização da agricultura" (FREDERICO, 2011, p. 2).

Pensar nos movimentos sociais e suas lutas é pensar como mostra Fernandes (2008, p. 3): "lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato". Então, é preciso direcionar políticas ao campo, de tal forma que leve em consideração e apoie atividades agrícolas contrárias a do agronegócio, direcionada a economia de subsistência, podendo levar a fixação da população rural e/ou retorno de muitos que outrora migraram. Destarte, pode-se apontar o espaço rural como aquele "[...] produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o 'espaço natural' aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa" (MARQUES, 2002, p. 109).

Então, se faz necessário incentivar atividades que conecte o campo a partir de suas relações de horizontalidades, com características próprias, sendo estas entendidas, de acordo com Santos (1996), como sendo domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, diferente das verticalidades, formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Trilhando por este caminho, e pensando na diversidade de culturas que ainda é praticada em terras alagoanas, conforme apresentado na tabela 2, mesmo diante do poderia canavieiro, nota-se que a pequena e média propriedade tem significativa importância na diversificação de culturas no estado, com algumas sobressaindo mais em relação a outras. Lavouras como abacaxi, amendoim, melancia, soja, tomate e batata-doce, apresentaram crescimento na área colhida, na produção e no valor. Essa realidade faz perceber que "aos poucos, o que os olhos testemunharam

[4] Com o processo de modernização no campo, aparecem como demostrado por Oliveira (2007), as empresas rurais capitalistas, e os latifundiários passam a ser tidos como capitalistas do campo.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
(cc) BY-NC-SA

ISSN: 2525-6092

por séculos [...] vai sendo substituído por agricultores familiares e uma extraordinária produção de abacaxi, inhame, macaxeira, melancia, feijão, laranja, batata doce e outras culturas em áreas dominadas pelos canaviais" (RIOS, 2019, p. 13).

Tabela 2. Alagoas: agricultura – cultivo temporário (2005 e 2018)

ALAGOAS - CULTIVO TEMPORÁRIO						
	Área Colhida Hectares		Produção Toneladas		Valor (mil reais)	
Produto	2005	2018	2005	2018	2005	2018
Abacaxi[5]	574	3.068	11.046	64.672	4.540	66.632
Arroz	2.818	3.092	10.759	19.841	3.454	12.996
Amendoim	35	2.151	40	3.696	13	8.753
Batata Doce	2.033	3.635	18.338	32.560	8.294	43.247
Cana-de-Açúcar	406.788	279.495	23.723.803	16.153.801	829.128	1.054.463
Feijão	88.171	12.301	45.789	8.237	40.409	15.486
Fumo	10.600	4.407	11.206	5.411	10.501	62.945
Mandioca	20.569	33.922	266.446	394.073	25.717	169.306
Melancia	422	960	6.338	17.619	1.064	14.692
Milho	72.565	12.982	34.435	25.050	11.888	16.790
Soja	330	1.066	984	2.475	653	2.733
Tomate	26	124	2.164	7.543	303	10.169

Fonte: Anuário Estatístico de Alagoas (2007); IBGE, Produção Agrícola Municipal (2020)

Parece que é devido, em grande parte, a agricultura familiar que as lavouras têm diversificado e mantido crescimento considerável. No entanto, essa agricultura vive numa encruzilhada entre as grandes propriedades e as políticas governamentais voltadas as necessidades do mercado globalizado. A bancada ruralista tem crescido e dominado a política junto à "bancada da bala", "da bíblia" e a participação de agentes financeiros na política. Neste sentido, Kato e Leite (2020, p. 463), mostram que "o atual governo de Jair Messias Bolsonaro tem aprofundado uma agenda que prioriza a lógica produtivista no meio rural brasileiro, ao mesmo tempo em que promove a mercantilização da terra [...]". Com isso, tem-se forte pressão sobre os pequenos e médios produtores para que vendam ou deixem suas terras, sendo sentida "pela rápida valorização

[5] Mil frutos.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

da terra, conjugada ao crescimento das propostas de compra de suas posses, a ameaças e ao uso da violência ou a prática de operações ilegais que transferem terras públicas para mãos privadas (grilagem)" (KATO; LEITE, 2020, p. 467-468). Têm-se como resultados a intensificação da falta de emprego e migração da população rural, com destaque para àquela que busca terras para se instalar, cultivar e construir estratégias de sobrevivências, a exemplo dos(as) trabalhadores(as) dos movimentos sociais.

Seguindo essa lógica, é difícil para as pequenas e médias propriedades e seus agricultores, avançarem no caminho da modernização que adentra as grandes propriedades, levando, por conseguinte, a permanência no campo de agricultores em sua maioria envelhecidos, saída dos mais jovens e esvaziamento do campo. Contudo, vale recordar que são as menores propriedades que conseguem realizar uma agricultura intensiva e mais diversificada, com maior aproveitamento de mão de obra e oportunidades de desenvolvimento de outros setores, como o industrial, realidade muito marcante na sub-região do Agreste Alagoano (FIRMINO, 2016).

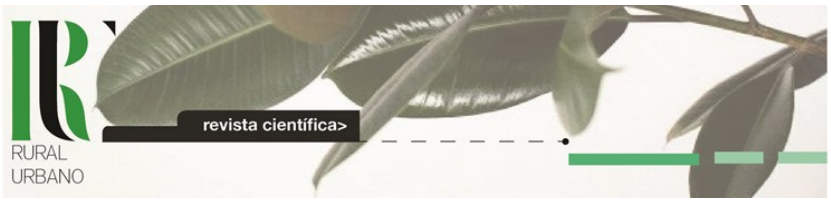
A agricultura familiar praticada pelo assentamento Fidel Castro em Alagoas

Atividades agrícolas diversificadas parecem relevantes somente quando praticadas em pequenas e médias propriedades por meio da agricultura familiar. A diversificação de lavouras na área rural de Alagoas é importante para manter um campo mais heterogêneo, capaz de estabelecer uma população que tende a migrar devido à tomada de terras por grandes monoculturas e a intensificação da modernização e inovação destas.

A heterogeneidade do cultivo agrícola praticado individualmente ou em cooperativas, parece uma via futura para fixação da população rural e atividade econômica diversificada, como já foi outrora em terras alagoanas, a exemplo dos cultivos praticados pela população do sítio, por pequenos produtores e passando de geração em geração (HEREDIA, 2008). Essa realidade pode se tornar uma alternativa à cultura canavieira, "que exclui os pequenos produtores e aumenta as desigualdades tanto no campo quanto nas cidades" (FREDERICO, 2011, p. 2).

Para ir contra as políticas de interesses dos atores dominante é essencial o envolvimento da sociedade como um todo, a exemplo dos movimentos sociais e suas lutas pela terra. Pensando no

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
(cc) BY-NC-SA



avanço desses movimentos no campo e, consequentemente, a intensificação de suas lutas, Marques (2002, p. 96) mostra que:

> O avanço dos mesmos no campo e a intensificação de suas lutas, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Essa situação tem favorecido o nascimento e desenvolvimento de movimentos que buscam constantemente mudanças e lutam pela reforma agrária, que enfrentam diretamente o agronegócio e seus agentes. Então, é preciso direcionar políticas ao campo, suprindo deficiências e diversificando atividades. É preciso aproveitar a terra conquistada para cultivos que façam parte diretamente da agricultura familiar, e que ocupe maior número de mão de obra rural, para não se ter uma nova organização socioespacial subordinada aos atores hegemônicos do processo em curso. Conforme apontam Machado e Albuquerque (2013, p. 117), em estudo realizado em Pernambuco, tem-se "uma nova lógica nas relações socioespaciais, visto a criação recente de assentamentos federais de reforma agrária, modificando as configurações territoriais e estabelecendo novas relações de trabalho, baseadas em novas estratégias de reprodução do capital". Sendo assim, não entrar nas estratégias de reprodução do capital torna-se essencial. É preciso aproveitar a terra para cultivares que façam parte diretamente da agricultura familiar, indo além da cana-de-açúcar, e que ocupe número sempre maior de mão de obra rural, contribuindo para o mercado interno e diversificação da produção.

Diante do exposto, apresenta-se algumas notas da importância da agricultura familiar para diversificação da atividade agrícola mediante sua prática por assentados(as) em terras antes pertencentes ao latifúndio canavieiro, destacando o Assentamento Fidel Castro[6] nas terras que

[6] Em 2010 passou de acampamento para assentamento, com 38 famílias e cada uma com casa própria e lote de 5,5 hectares. No ano de 2020 já somavam 46 famílias e mais ou menos 300 pessoas.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

ISSN: 2525-6092

faziam parte da Usina Grisa do Grupo Jatobá (Figura 2).

Figura 2: Assentamento Fidel Castro/Alagoas e casa de família assentada

Foto: Acervo particular do autor. Trabalho de campo realizado em janeiro de 2020

As terras onde está localizado o assentamento foram durante muito tempo ocupadas pela cana-de-açúcar, fator que deixou certas áreas mais degradadas que outras, de modo que lotes localizados em áreas mais acidentadas e de uso mais intenso pela cana, acabam não sendo utilizados em sua totalidade. Dentre as diversas necessidades postas pelo movimento, destacam-se aquelas relacionas às atividades agrícolas, como a criação de cooperativa, a construção de casas de farinha, fábricas de bolo e até de sacolas plásticas, como forma de aproveitar os produtos em sua totalidade. Suprir estas necessidades poderia criar melhores oportunidades para a agricultura familiar e investimento base para o que poderia vir a ser as indústrias locais com gênese numa mão de obra local. Diante dessa realidade, verifica-se a importância de investimentos diversos, como cursos específicos para os(as) assentados(as), tecnologias direcionadas a irrigação e maquinários adequados as lavouras cultivadas pelos mesmos, como foi relatado pelos(as) representantes das famílias entrevistadas de quando realizado trabalho de campo.

Todas as pessoas que foram entrevistadas tinham como ocupação a atividade agrícola. Agricultores(as) que lavram a terra, plantam, colhem, beneficiam os produtos, utiliza-os para subsistência e vende-os no comércio local, em feiras livres e da reforma agrária, diretamente a

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

compradores como donos de mercadinhos, para escolas através do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, para intermediários/atravessadores e em pequena escala para cooperativas. Os principais produtos cultivados no assentamento são: macaxeira, feijão, milho, inhame, batata doce e frutas (Figura 3).

Figura 3: Plantação de macaxeira e banana

Fonte: Acervo particular do autor. Trabalho de campo realizado em janeiro de 2020

A macaxeira é a mais cultivada e que traz maiores rendimentos. Além da venda in natura em sacos de 50 a 60kg, com preços que variam de R$ 30,00 a R$ 70,00 o saco, tem-se a transformação da mesma em farinha e produtos como a massa de tapioca e beiju, extraídas mediante processo artesanal nas casas de farinha (Figura 4). A criação de uma cooperativa, seria de suma importância para melhorar a renda dos(as) assentados(as) a partir do espírito de cooperativismo, beneficiamento de seus produtos, logística de compra, venda e transporte, cursos e capacitações para as próprias pessoas assentadas, gerando assim, novas ocupações atreladas a agricultura e evitando a migração das pessoas mais jovens. Para Rios (2019, p. 14), "[...]; aos agricultores familiares, ainda é preciso ações que colaborem na organização e sustentabilidade desses grupos, por exemplo, em associações e cooperativas viabilizando programas de qualidade

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

de produção e acesso a novos mercados".

Figura 4: Assentamento Fidel Castro (Joaquim Gomes/AL): casa de farinha tradicional

Fonte: Acervo particular do autor. Trabalho de campo realizado em janeiro de 2020

Os(as) assentados(as) tiveram longo caminho para se estabelecerem e conseguirem praticarem produção diversificada que vem dando base a subsistência familiar e contribuindo para a economia local, mediante feiras livres e outros comércios. Vale ressaltar que os conhecimentos voltados as atividades no campo são, em sua quase totalidade, adquiridos ao longo da vida, pelos familiares ou através do próprio movimento, com companheiros(as) mais experientes, mostrando a ausência de cursos e especializações voltadas para essas pessoas, salvo algumas exceções.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Atrelado a pouca ou nenhuma experiência profissional mais sofisticada, têm-se o uso de objetos técnicos e maquinários mais tradicionais para trabalhar e cultivar a terra: enxada, cavador, carroça, arados, irrigação feita com bombas, trator para preparar a terra etc. Essa é de forma geral a base do cultivo dos principais produtos do assentamento, desde a plantação e a colheita, até à venda.

Logo, vê-se que os conhecimentos dos(as) produtores(as) estão muito ligados ao empírico, "diferente, por exemplo, da cana-de-açúcar em que existem pesquisas sobre novos tipos de planta, sofisticando a lavoura, no ambiente da agricultura familiar a realidade é outra (RIOS, 2019, p. 14)".

Diante do exposto, fica evidente que apesar de estarem assentados(as) ainda há uma série de medidas que devem ser implementadas para melhorar a vida no assentamento: criação de cooperativas; formas de escoar a produção como meios de transportes e infraestruturas que liguem o campo à cidade; tecnologias e cursos específicos para os assentados, ensinando-os a usarem certas técnicas, prepararem a terra para as lavouras; investir em preparo de adubação de qualidade e orgânica, em irrigação, em maquinários adequados às necessidades e realidade das mesmas; e acabar com as relações de compadrios ainda existentes e que levam a direcionar certos recursos a atender demandas de fazendeiros da região em sacrifício desse e de outros assentamentos.

Considerações finais

A pequena e média propriedade e a agricultura familiar são importantes para a geração de emprego e renda a um grupo da sociedade que não está integrado diretamente a lógica global. No entanto, são necessárias políticas de incentivos para este tipo de agricultura, no sentido de uma melhor distribuição e uso da terra de forma mais diversificada, como no caso do "processo de inserção dos assentamentos de reforma agrária num território tradicionalmente configurado como latifundiário e de produção de cana-de-açúcar" (MACHADO, 2016, p. 131). Caso contrário, o uso pode se dar mediante a tomada das terras por meio das lutas travadas entre sem-terra e grandes proprietários.

Para tanto, se faz necessário algumas tomadas de decisões: distribuição mais justa e igualitária das terras rurais para os(as) assentados(as), que fazem uso dessas terras praticando

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
(cc) BY-NC-SA

agricultura mais orgânica e sustentável; (re)direcionar mais investimentos para o cultivo de uma agricultura diversificada; bem como, mais atenção por parte do poder público, proporcionando cursos de capacitação, investimentos em tecnologias e serviços básicos para quem vive, trabalha e produz no campo, visto que a modernização da agricultura é inexorável, assim como a perda de peso do emprego agrícola, o que vai contra os ideais de quem luta pela terra.

Portanto, para concluir, pode-se afirmar que o cenário parece propício para a diversificação de culturas no estado: "temos em Alagoas um elevado número de assentamentos e de pequenos produtores que podem fortalecer o setor produtivo com outras culturas a exemplo de raízes, hortaliças, fruticultura e criação de pequenos animais, somente para dar alguns exemplos", como salienta Rios (2019, p. 15).

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo auxílio para realização da pesquisa. E aos(as) assentados(as) do Assentamento Fidel Castro pelas entrevistas concedidas, que foram de gande valia.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, [1963] 2011.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALAGOAS. **Conjunto de dados** – Alagoas em dados e informações. Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento. Maceió, Ano 14, nº 14, 2007. https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/anuario-estatistico-do-estado-de-alagoas Acesso: 12 Mar 2020.

CARVALHO C. P. de. **Economia popular:** uma via de modernização para Alagoas. Maceió: EDUFAL, 4ª ed., 2012.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo: Edusp, 2018.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Boletim Dataluta**, Dezembro, 2008.

FIRMINO, P. C. S. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE** – a feira livre como gênese e

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
(cc) BY-NC-SA

desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FREDERICO, S. Expansão da Fronteira Agrícola e Emergência de uma Agricultura Científica Globalizada no Território Brasileiro. **Revista Geografica de America Central** (online), v. 2, p. 1-18, 2011.

FREITAS, E. P. de. [*et al*]. O poder das empresas transnacionais sobre o território brasileiro: reflexões a partir do sector sucroenergético. In. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidade de Barcelona, p. 01-21, 2014.

HEREDIA, B. A. de. O Campesinato e a Plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas tuteladas de constituição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP, vol.1, p. 39-67, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (**Produção Agrícola Municipal** – vários anos). www.ibge.gov.br

KATO, K; LEITE, S. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. In: **Revista Anpege**, v. 6 nº 29 p. 452-483, ano 2020.

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Edição do Brasil, 1965.

MACHADO, M. R. I. de M. Assentamentos de Reforma Agrária: sinônimo de desmonte do território canavieiro? In. ROSSINI, R. E. (org.). **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro:** Modernidade técnico-científica e diferentes usos do território. São Paulo: Annablume, p. 131-144, 2016.

MACHADO, M. R. I. de M.; ALBUQUERQUE, M. Z. A. Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para perpetuação das relações de poder. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 16, nº 22, jan-jun, p. 111-126, 2013.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, nº 19, pp. 95-112, jul/dez, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RIOS, O. Agricultura diversificada. In. **Jornal Extra**. Maceió, 11-17 de janeiro, p. 13-15, 2019.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. A luta pela terra e a questão agrária: notas a partir do assentamento Fidel Castro em Alagoas/Brasil. **Revista Urbano & Rural,** Recife, v. 07, n. 02, p. 01-18, 2022.< Disponível em https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255474>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

SANTOS, M. O retorno do território. In: SILVEIRA, Maria Laura et al (Org.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 3 ed., p. 15-20, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, F. A. de. **A pobreza na região canavieira de Alagoas no século XXI:** do programa bolsa família à dinâmica dos circuitos da economia urbana. 321p. Tese (Doutorado defendido no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP). Campinas, 2017.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. A luta pela terra e a questão agrária: notas a partir do assentamento Fidel Castro em Alagoas/Brasil. **Revista Urbano & Rural,** Recife, v. 07, n. 02, p. 01-18, 2022.< Disponível em https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255474>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/